

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MEHADI CUNHA RIOS

**A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO
SETOR APÓS A ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 1990**

Porto Alegre

2018

MEHADI CUNHA RIOS

**A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO
SETOR APÓS A ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 1990**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Rios, Mehadi Cunha

A indústria têxtil nacional: uma análise das transformações do setor após a abertura comercial dos anos 1990 / Mehadi Cunha Rios. -- 2018.

57 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Indústria Têxtil. 2. Abertura Comercial. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

MEHADI CUNHA RIOS

**A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO
SETOR APÓS A ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 1990**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

À minha mãe, pelo incentivo, pelo suporte e pelo amor que me possibilitaram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, por serem meu bem mais precioso e minha maior motivação.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos professores, desde os primeiros anos da minha educação, que me guiaram por esta caminhada. Em especial, ao meu orientador, que aceitou fazer parte desta jornada.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos e aos meus colegas por compartilharem esses anos comigo dentro e fora da Universidade.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as transformações da indústria têxtil após a abertura comercial brasileira da década de 1990. Para isso, realizou-se uma revisão teórica das principais teorias de internacionalização de empresas, uma retrospectiva histórica e uma apresentação e análise de dados para comparar os períodos pré e pós abertura comercial. O processo de aumento das importações de produtos têxteis asiáticos levou a uma desestruturação da cadeia produtiva têxtil e à perda de importância desse setor para a indústria nacional. O governo brasileiro abriu mão de uma política protecionista em prol da abertura comercial e a indústria têxtil sofreu os impactos da ascensão de novas potências, principalmente a China, em seu mercado interno. Através deste estudo, é possível obter um panorama geral da indústria têxtil e perceber historicamente e quantitativamente as mudanças pelas quais o setor já passou.

Palavras-chave: Indústria têxtil. Setor têxtil. Abertura comercial. Internacionalização.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the transformations of the textile industry after the Brazilian trade opening of the 1990s. For this, a theoretical review of the main theories of internationalization of companies, a historical retrospective and a presentation and analysis of data were carried out to compare the pre and post trade opening periods. The process of increasing imports of Asian textile products has led to a disruption of the textile production chain and the loss of importance of this sector for the domestic industry. The Brazilian government has given up a protectionist policy in favor of trade liberalization and the textile industry has suffered the impact of the rise of new powers, especially China, in its domestic market. Through this study it is possible to obtain an overview of the textile industry and to perceive historically and quantitatively the changes that the sector has already gone through.

Keywords: Textile industry. Textile sector. Trade opening. Internationalization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB do setor têxtil e setor calçadista 1991 – 2012 (2002 = 100).....	30
Gráfico 2 - Balança comercial brasileira do setor têxtil e de confecção - 2004 - 2011	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balança Comercial Têxtil - 1975 - 2000 (US\$ milhões)	32
Tabela 2 - Participação do Brasil no mercado internacional – 1991	33
Tabela 3 - Pessoal Ocupado Total no Setor Têxtil - 1986 – 1995.....	35
Tabela 4 - Pessoal Ocupado por Setor Industrial - 2000	36
Tabela 5 - Brasil - Indústria Têxtil: Índices de Produção Física (1982 -1989).....	37
Tabela 6 - Participação do Setor Têxtil no PIB e na Produção Industrial.....	38
Tabela 7 - Produção Mundial de têxteis e vestuário (2008).....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS TEORIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	14
2.1 A teoria das vantagens competitivas, segundo Michael Porter.....	14
2.2 A teoria dos custos de transação e internalização	16
2.3 Multinacionais e o paradigma eclético.....	19
3 UMA CARACTERIZAÇÃO DO SETOR TÊXTIL	22
3.1 A história da indústria têxtil brasileira	22
3.2 A participação do setor no PIB nacional	30
3.3 A balança comercial têxtil nacional.....	31
3.4 A participação do setor no emprego.....	34
3.5 A participação do setor na produção.....	36
4 AS TRANSFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA TÊXTIL APÓS A ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 1990.....	41
4.1 A concorrência chinesa.....	44
4.2 Reorganização do parque produtivo do setor têxtil	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A indústria têxtil foi uma das primeiras a existir no Brasil e adquiriu uma grande importância para o desenvolvimento econômico do país. Apenas algumas décadas após o descobrimento, a fabricação de fios de algodão e tecidos foi iniciada, majoritariamente na região Nordeste do Brasil, por cristãos recém-chegados à Colônia, seguida pelo surgimento da arte de fiar e tecer, fomentada pelos padres espanhóis jesuítas, que buscavam combater o hábito indígena de nudez.

A incipiente indústria têxtil brasileira constituía grande parte da sua mão-de-obra de escravos de fazendas algodozeiras, que inicialmente fabricavam panos grosseiros e pouco refinados, e sofreu sua primeira frenagem no ano de 1785, devido a um alvará régio. Este alvará proibia a Colônia de produzir manufaturas como algodão, seda, linho, lã e os bordados de ouro e prata, mantendo apenas a produção escravista não especializada. A partir de então, os tecidos passaram a ser importados da Inglaterra. O material era comprado e transportado até os portos da Metrópole portuguesa e depois encaminhado ao Brasil com um valor muito mais alto.

Somente algumas décadas depois, no ano de 1808, o Príncipe Regente Dom João revogou as leis que impediam ou prejudicavam a formação das indústrias manufatureiras. As primeiras fábricas começaram, então, a se constituir. Apesar da manutenção dos privilégios das tarifas para os tecidos ingleses, a indústria têxtil nacional começou a se desenvolver e em 1875 ocorre a criação de tarifas aduaneiras que dificultam a importação de artigos têxteis da Europa.

Na República, a indústria têxtil já estava bastante desenvolvida, chegando a representar 60% do capital empregado nas indústrias brasileiras. O fim da escravidão e a chegada dos imigrantes europeus mudaram a dinâmica geopolítica brasileira, transferindo o polo da produção têxtil do Nordeste para o Centro-Sul. Era nesta região que estava localizada a indústria cafeeira, que representava um alto nível de concentração de riqueza e um grande potencial de crescimento da indústria.

A partir do século XX, o Brasil assume uma posição de não mais importador, mas sim exportador de algodão. A produção supera a demanda do mercado interno. Esse crescimento é interrompido pela Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, pela crise de 1929, mas a década de 1930 foi de recuperação e o país apresentou o maior crescimento do setor. Os anos 1950 e 1960 representaram uma recessão da

indústria têxtil que, de acordo com a teoria cepalina, derivou de um problema organizacional.

Foi na década de 1970 que o investimento direto estrangeiro chegou ao setor, principalmente no ramo de fibras. Após um longo ciclo de expansão, os anos 1980 representaram o que foi chamado de a década perdida, algo que foi consequência da política protecionista de substituição de importações. Nos anos 1990, a tendência foi a de sobrevivência apenas de grandes empresas que deslocaram sua matriz produtiva para o Nordeste, com o objetivo de reduzir custos de mão de obra.

A liberação comercial dos anos 1990 aumentou o fluxo de entrada de produtos estrangeiros, o que levou a um crescimento da concorrência e desencadeou um movimento generalizado das empresas em busca de eficiência e competitividade. Isso gerou um movimento de mudança do mercado, o qual precisava atender às demandas e exigências de consumo de um mercado mais moderno e sofisticado.

O presente estudo busca verificar as mudanças no setor têxtil, que ocorreram em consequência da abertura comercial brasileira dos anos 1990, pautando essa transformação através de análises em relação à participação do PIB, à balança comercial, ao emprego e à produção. A construção deste trabalho se dará à luz das teorias de internacionalização de empresas que tratam das vantagens competitivas, das transformações do comércio internacional, da globalização e também através de como essas teorias explicam essa dinâmica no setor.

O objetivo deste trabalho é investigar qual o(s) principal(is) fator(es) que levou(aram) à perda de importância do setor têxtil na pauta industrial nacional após a abertura comercial. Os objetivos secundários deste trabalho são:

a) construir um panorama breve, porém geral, da indústria têxtil desde sua formação até os dias de hoje.

b) possibilitar a comparação dos cenários pré e pós abertura comercial brasileira através da descrição histórica e da apresentação de dados.

A hipótese deste trabalho é a de que o custo de produção foi o principal fator que levou a indústria têxtil nacional a reduzir sua participação no mercado interno e não se internacionalizar. Com isso, as importações ocuparam um espaço significativo na balança comercial brasileira, levando a uma diminuição do crescimento do setor no Brasil e à presença dominante de países estrangeiros, localizados em sua maioria na região asiática.

A construção deste trabalho se deu através da descrição das principais teorias de internacionalização de empresas, encontradas durante a revisão bibliográfica. As características do setor têxtil foram retratadas historicamente e quantitativamente, bem como a situação do setor após a abertura comercial.

O desenvolvimento deste trabalho foi realizado em três capítulos. O primeiro apresenta o instrumental teórico de internacionalização de empresas, que pode explicar alguns dos fenômenos ocorridos ao longo dos anos na indústria têxtil. O segundo faz uma caracterização do setor têxtil brasileiro através da sua formação histórica e de dados quantitativos que permitem uma melhor compreensão da estrutura setorial. O terceiro aponta as principais mudanças no setor têxtil após a abertura comercial dos anos 1990.

Muitos são os estudos sobre internacionalização de empresas, contudo, cabe destacar a indústria têxtil nacional que, com o processo de abertura comercial, pode vir a ser estudada como um caso de sucesso ou fracasso em termos de internacionalização. Os estudos sobre internacionalização de empresas se justificam pelo fato deste processo ser uma das estratégias para evitar a crise de oferta de um determinado setor, uma vez que se pode criar mercado consumidor em qualquer lugar do planeta.

Além disso, conforme o conceito de vantagem competitiva de diferenciação, elaborado por Porter (1989), a necessidade de diferenciação e adequação do padrão de um produto ou serviço para o mercado internacional têm impacto direto nas plantas produtivas, custos de produção e de investimento em pesquisa e desenvolvimento na empresa ou setor a se internacionalizar. Dito isto, se faz necessária esta análise com fins a agregar aos estudos de internacionalização de empresas e buscar identificar e compreender estas transformações no setor têxtil brasileiro.

2 AS TEORIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

As teorias de internacionalização de empresas são fundamentais para compreender a transformação da indústria têxtil brasileira. Essas teorias discutem questões como competitividade, alocação de recursos, localização de empresas e suas bases produtivas, custos e busca por mercados estrangeiros. Elementos essenciais para compreensão quando se discute a evolução e declínio da indústria têxtil nacional, bem como a ascensão da China como potência mundial no setor têxtil.

2.1 A teoria das vantagens competitivas, segundo Michael Porter

A teoria das vantagens competitivas tem em seu cerne dois pontos centrais que definem a escolha de uma estratégia competitiva: o primeiro consiste na atratividade das indústrias a longo prazo em termos de rentabilidade e os fatores que determinam essa atratividade; o segundo é a posição competitiva de uma determinada empresa dentro da indústria da qual ela faz parte. O conjunto desses dois pontos centrais é o que define, segundo Michael Porter, a possibilidade de sucesso e competitividade de uma empresa no mercado. Para melhor compreender essa teoria, é necessário analisar essas condições separadamente.

A atratividade de uma indústria está baseada, basicamente, nas regras de concorrência do setor. É através dessas regras que será montada uma estratégia competitiva para uma empresa. Independentemente de a empresa atuar na esfera nacional ou internacional, existe algo que Porter define para a compreensão das regras de concorrência chamado de cinco forças competitivas. As cinco forças competitivas se caracterizam pela habilidade de uma empresa obter retorno sobre investimentos em um nível superior àquele relativo ao custo de capital. Elas são: a entrada de novos concorrentes, a ameaça de substitutos, o poder de negociação dos compradores, o poder de negociação dos fornecedores e a rivalidade entre os concorrentes existentes (PORTER, 1989).

A identificação da posição competitiva de uma empresa está relacionada à comparação dela mesma com as demais empresas concorrentes do setor. Para isso, deve ser levada em conta também a estrutura industrial do setor. Normalmente

a estrutura industrial é estável, porém podem ocorrer modificações conforme surgem novas dinâmicas de atuação das empresas. A estrutura industrial leva em conta basicamente os fatores e integrantes que compõem as cinco forças competitivas e é determinada pelas atitudes dos líderes das empresas da indústria. A questão central é a de que o posicionamento de uma empresa determina se ela está com níveis de rentabilidade acima ou abaixo da média do setor (VASCONCELOS E CYRINO, 2000).

Após a definição dos componentes de uma estratégia competitiva, Porter apresenta dois tipos básicos de vantagem competitiva que podem ser utilizados por uma empresa: a vantagem competitiva de baixo custo e a vantagem competitiva de diferenciação. Além dessas duas vantagens há, posteriormente, o surgimento da vantagem comparativa de enfoque no custo ou na diferenciação. Assim surge o que o autor chama de “três estratégias genéricas de vantagem competitiva” (PORTER, 1989, p.10). A primeira consiste em a empresa obter o menor custo de produção entre as empresas do setor. Se ela atinge esse objetivo e consegue sustentar essa estratégia, torna-se um competidor acima da média devido à manutenção do preço médio entre as concorrentes e ao aumento do ganho real. A segunda consiste em uma empresa ser única, diferenciada na sua indústria. Existem diversos meios pelos quais uma empresa pode se diferenciar, no entanto, todos estes meios objetivam a mesma coisa: o atendimento das demandas e desejos do consumidor. Isso faz com que o comprador opte pela singularidade do produto que lhe traz satisfação, mesmo não havendo um custo tão baixo como os concorrentes. A terceira estratégia se diferencia das anteriores, pois não abrange o setor como um todo. A vantagem de enfoque tem como alvo um segmento bem específico daquela indústria, buscando atendê-lo e garantir que as demais empresas não possuam custo, escala ou diferenciação na produção de determinado item (PORTER, 1989).

O modelo recomendado, segundo o autor, é aquele em que a empresa escolhe uma das vantagens competitivas para atuar, caso contrário ela acaba presa em um meio termo estratégico e não consegue explorar o potencial total de utilização das vantagens competitivas. Porter, contudo, deixa claro que as vantagens não são excludentes e podem, sim, ser utilizadas concomitantemente, uma vez que algumas empresas conseguem diminuir os custos sem necessariamente abrir mão de sua diferenciação através do uso de novas tecnologias, por exemplo.

O autor acrescenta que é possível intensificar a vantagem competitiva em uma indústria por meio de inter-relações com outras organizações que estejam competindo em indústrias relacionadas. Dessa forma, a empresa diversificada pode criar valor e estabelecer as bases para uma boa estratégia. Essas inter-relações estão divididas entre tangíveis (envolvem tecnologias, logística, compradores e outros fatores em comum), intangíveis (envolvem a transferência de *know-how* gerencial pois, mesmo não possuindo fatores em comum como no caso tangível, as organizações trabalham com o mesmo tipo de processo gerencial) e entre concorrentes (envolvem empresas rivais que se relacionam para determinar os rumos de atuação e expansão do setor na indústria) (PORTER, 1989).

Essas três inter-relações, assim como as três estratégias genéricas de vantagem competitiva, podem coexistir sem serem prejudiciais umas às outras. Porter, inclusive, menciona que as inter-relações tangíveis e intangíveis só existem graças à atuação das inter-relações entre concorrentes. O compartilhamento de atividades que geram valor resulta em uma vantagem de custo expressiva, principalmente quando atinge grandes ativos ou processos operacionais (VASCONCELOS E CYRINO, 2000).

Pode-se perceber, portanto, que o custo de produção é um dos principais componentes da execução de uma estratégia competitiva e que é uma das vantagens competitivas mais importantes. A análise dos custos é feita através da elaboração de uma cadeia de valores, de uma identificação dos seus comportamentos e de uma metodologia sistemática, pois eles se tornam um fator determinante, tanto na atuação individual de uma empresa quanto na atuação coletiva por meio de inter-relações organizacionais.

2.2 A teoria dos custos de transação e internalização

As teorias de internacionalização de empresas estão fortemente relacionadas ao estudo dos custos de transação. Estes estudos analisam as características de uma transação para determinar se a produção de determinado bem deve ser internalizada ou se este serviço deverá ser repassado à outra empresa. No caso de os custos de transação serem relativamente elevados, a empresa preferirá internalizar a produção. Por outro lado, se as incertezas quanto ao atendimento das

exigências da empresa contratante forem pequenas e, por isso, gerarem custos de transação baixos, então a empresa preferirá contratar a produção de terceiros (DOHERTY, 1999).

O primeiro autor a tratar da teoria dos custos de transação foi Ronald Coase, em seu artigo "The Nature of the Firm", no qual ele constata que mercados e firmas têm modos alternativos de dirigir a produção. Neste artigo é apresentada a primeira pergunta coaseana, a qual se dá de tal forma: "Ainda assim, tendo em conta que se a produção é regulada por movimentos de preços, a produção poderia ser realizada sem qualquer organização. Bem, poderíamos perguntar, por que existe alguma organização?"¹. O principal motivo, segundo o autor, se deve ao fato de haver custos em negociar nos mercados que podem ser evitados ou reduzidos ao se organizar a produção de um determinado bem ou serviço através de relações de autoridade ou sob o comando de um coordenador que direciona a alocação dos recursos. Há custos em utilizar o mecanismo de preços e o primeiro deles é justamente o de descobrir quais são os preços relevantes, enquanto os outros se referem à negociação e formulação dos contratos que acompanham cada transação (COASE, 1937).

A própria resposta de Coase leva à elaboração da segunda pergunta coaseana: "Uma questão pertinente a perguntar parece ser [...] por que, se por meio da organização se pode eliminar certos custos e de fato reduzir o custo de produção, ainda há quaisquer transações de mercado. Por que nem toda produção é realizada por uma grande empresa?"² A resposta para esta pergunta é a de que o retorno das atividades gerenciais diminui e que a chance de erro por parte dos empresários na alocação de fatores se eleva conforme as transações da firma aumentam (COASE, 1937).

Aproximadamente cinquenta anos após a publicação de Coase, Oliver Williamson formula uma nova perspectiva sobre os custos de transação. Segundo o autor, qualquer relação que venha a ser apresentada como um problema de contratação, e neste contexto estão incluídas todas as relações de troca que caracterizam o sistema capitalista – o termo mais utilizado para tal definição é o de

¹ Do original em inglês: "Yet, having regard to the fact that if production is regulated by price movements, production could be carried on without any organisation at all, well might we ask, why is there any organisation?"

² Do original em inglês: "A pertinent question to ask would appear to be [...] why, if by organising one can eliminate certain costs and in fact reduce the cost of production, are there any market transactions at all. Why is not all production carried on by one big firm?"

“transações” –, pode ser analisado pela teoria de transação de custos. A transação é a passagem de um bem ou serviço em processo de produção entre interfaces tecnologicamente separáveis. Williamson (1985) propõe que esta passagem seja a unidade básica de análise de uma teoria da firma. Desse modo, o conjunto de características das transações passa a ser visto como principal determinante da forma de organização da produção do bem ou serviço envolvido.

A heterogeneidade das transações faz com que elas sejam atribuídas a diferentes formas de organização, sendo cada uma delas responsável pela redução dos custos necessários à sua execução. O objetivo a ser buscado é a redução da soma dos custos de transação e de produção. Williamson critica a ênfase tão forte na redução dos custos de transação e como isso afeta a escolha da forma de organização da produção, capaz de realizá-la de modo mais eficiente. A conclusão que se chega é a de que esta estratégia busca desviar a atenção das preocupações extremas com os impulsos tecnológicos e monopólicos prevaletentes no estudo da organização industrial (WILLIAMSON, 1985).

O conceito de custos de transação é levado, então, ao patamar do novo modelo de empresa que surge em grande quantidade na década de 1950, que é o das multinacionais. A possibilidade de atuar em diversas plataformas e em diversos países em grande escala afeta diretamente a dinâmica dos custos de transação. Um dos primeiros autores que abordam esse tema é François Chesnais, o qual traz atrelada a esse conceito a possibilidade de internalização da produção. O autor critica o posicionamento heterodoxo de Williamson, bem como destaca o objetivo do mesmo de deslegitimar a teoria da ação das autoridades antitruste.

Conforme apresentado por Chesnais (1996), existem argumentos que explicam e justificam a internalização. O primeiro defende que a internalização da produção é uma forma de as empresas se defenderem das imperfeições do mercado, bem como de criarem novas imperfeições no sistema que as beneficiem. Sobretudo quando se observa que, ao verticalizar a produção, a empresa maximiza a distribuição de recursos em função dos próprios procedimentos de controle e prejudica os antigos clientes e fornecedores através desse processo. O segundo argumento é o de que a internalização é uma forte estratégia para os oligopolistas. Ela não somente salvaguarda a vantagem monopolística, como também reforça essa vantagem ao permitir a segmentação dos mercados por parte das

multinacionais e a utilização da discriminação de preços para a maximização de lucros em nível mundial.

A internalização, no entanto, proporciona a apropriação de rendas. Isso acontece principalmente no âmbito das tecnologias de patentes e licenças, pois a sua detenção é sinônimo de compartilhamento, uma vez que seu consumo não reduz sua disponibilidade. (MICHALET, 1985) A teoria das transações de custo surge como uma forma de legitimar a capacidade das multinacionais oligopolistas de apropriação de rendas. A falha de mercado não é considerada um parâmetro externo que não pode ser interferido por grandes empresas, especialmente aquelas de dimensões multinacionais. Portanto, essas empresas podem interferir para criar situações que convirjam com seus interesses e para aumentar o poder de negociação em relação aos demais agentes econômicos do mercado (CHESNAIS, 1996).

2.3 Multinacionais e o paradigma eclético

A história das empresas multinacionais se inicia na segunda metade do século XX, período que foi marcado pelo fim da II Guerra Mundial e grande aumento dos níveis de investimento de capital estrangeiro. Este investimento foi liderado pelas empresas internacionais estadunidenses, seguido por empresas europeias e japonesas do mesmo segmento. Já na década de 1950, foi realizado um movimento de investimentos bancários na indústria, o que levou a uma forte concentração de capital. O avanço tecnológico nos setores de transporte e comunicação foi um dos principais fatores que contribuíram para a onda de internacionalização de empresas e sua acelerada internalização (CLAIRMONT E CAVANAGH, 1981).

A primeira definição de empresa multinacional amplamente utilizada foi a de Raymond Vernon, a qual delimitava esse conceito a empresas que possuíam filiais industriais em, no mínimo, seis países. Posteriormente, devido à pressão de países em que se localizavam as matrizes das principais empresas, este número foi reduzido para dois em 1975 e, logo após, para um (CHESNAIS, 1996).

Segundo Michalet (1985), a base da competitividade das multinacionais se desenvolveu e se alicerçou entre os anos 1970 e 1980, por meio de *know-how* e P&D. Isso fez com que as empresas deixassem de produzir somente no seu setor

de origem e passassem a se diversificar. Essa nova forma de organização das multinacionais é o que Dunning (1988) vai chamar de “multinacionais novo estilo”. O que nada mais é do que uma grande empresa que gerencia atividades menores e interdependentes de forma direta e indireta.

Alguns dos motivos que levaram as organizações a optarem pela internacionalização se deram pelo fato de o mercado interno estar saturado e haver a oportunidade de acesso a recursos estratégicos de determinado país ou então existirem efeitos clusters a serem explorados numa determinada região (HANSSON E HEDIN, 2007). O paradigma eclético da produção internacional é uma das teorias mais completas para explicar as razões que levam as empresas a se internacionalizar, promovendo investimentos diretos em outros países (DUNNING, 1981). A teoria de Dunning (2000) se baseia em três pilares, os quais são chamados de sub-paradigmas, que são os seguintes: a “posse” de vantagens competitivas (O), o valor adicionado nas multinacionais através da localização (L) e a internalização (I) na compra e venda e na abertura dos mercados. Devido a essas variáveis utilizadas, o paradigma eclético de Dunning também é chamado de OLI.

De acordo com o autor, o paradigma eclético é de caráter geral e abrange grande parte das atividades de empresas multinacionais. As atividades destas normalmente se encaixam nas categorias de busca por mercados estrangeiros, busca por recursos naturais, busca por eficiência e busca por ativos. Conforme for a área de atuação da empresa multinacional, ela se encaixa melhor em algumas dessas categorias do que em outras, mas pode-se dizer, sim, que o paradigma eclético retrata a realidade da maioria das multinacionais. Há o caso da China que, por exemplo, busca investimento estrangeiro direto em mercados de crescimento rápido, como o da área de tecnologia e demonstra um crescimento menor em mercados que necessitam de muitos recursos naturais. Pode-se perceber, no entanto, a partir dos anos 1990, a forte presença da China na África fazendo, justamente, o câmbio de infraestrutura por recursos naturais. Recursos estes voltados para a área de produção e não de abastecimento (DUNNING, 2000).

O paradigma eclético é mostrado como uma teoria que funciona quando seus fatores são analisados em conjunto e não separadamente, sendo que esses três fatores (OLI) ainda podem ser complementados e fazer sentido junto a outras teorias. As teorias, em geral, são complementares e o paradigma eclético, segundo Dunning, serve como um envelope para elas.

A primeira grande conclusão a que Dunning chega após analisar os três sub-paradigmas é a de que o investimento estrangeiro direto e as atividades das multinacionais são estruturas complementares e não substitutivas. A segunda grande conclusão é a de que ocorreram mudanças no cenário internacional e que as estruturas, tanto do investimento estrangeiro direto quanto das empresas multinacionais, mudaram, evoluíram e até mesmo foram substituídas. Ao final, o autor elabora três grandes critérios para o êxito de um paradigma.

O primeiro se resume na ideia de que a soma das teorias deve ser maior que o todo, ou seja, a interdependência entre as teorias deve ser visível. O segundo é a de que o paradigma pode fazer hipóteses genéricas e explicar o processo de internacionalização, mas não pode prever algo especificamente. Por fim, o terceiro é o de que o paradigma deve conservar sua relevância.

3 UMA CARACTERIZAÇÃO DO SETOR TÊXTIL

O setor têxtil é um dos mais importantes da indústria brasileira. Para entender como o setor chegou a esse patamar, é necessário analisar alguns dados. O primeiro passo é a formação histórica da indústria têxtil e as mudanças por quais ela passou para se transformar no que representa atualmente. Posteriormente, este capítulo analisa dados quantitativos sobre a indústria têxtil no PIB, na balança comercial têxtil, no emprego e na produção. Assim, é possível obter uma visão mais abrangente do setor para compreender os processos que ocorrem com a abertura comercial da década de 1990.

3.1 A história da indústria têxtil brasileira

O monopólio português sobre o Brasil colônia e os sólidos acordos com a Inglaterra tiveram grande impacto sobre o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Até o decreto de abertura dos portos às nações amigas, assinado por Dom João em 1808, o país comercializava quase que exclusivamente com a metrópole, apesar de haver registros de relações comerciais diretas entre a Bahia e a Costa da Mina, bem como entre Rio de Janeiro e Angola (VAINFAS, 2002). Após essa assinatura, o comércio brasileiro estava vinculado principalmente à Inglaterra, devido aos acordos comerciais e tarifários que Portugal realizou com os ingleses em retribuição à amizade e proteção que estes ofereceram contra as ameaças da potência francesa comandada por Napoleão Bonaparte. A abertura dos portos, contudo, foi fundamental no sentido de ser o marco do fim do sistema colonial brasileiro (FAUSTO, 2006).

No ano de 1808 também foi revogado o alvará de 1785, que proibia as atividades manufatureiras em território colonial brasileiro. Apesar do feito, os investimentos no setor não ocorreram em grande escala, pois as tarifas preferenciais concedidas à Inglaterra tornavam a competitividade dos preços dos produtos ingleses praticamente inalcançável. Isso, contudo, não significou a inexistência de atividade manufatureira. As manufaturas de lã ou algodão que já existiam e eram utilizadas para a confecção de roupas para escravos na região sudeste e no Maranhão mantiveram-se ativas.

Enquanto a estrutura econômica brasileira era remodelada, após a chegada da família real ao Brasil, Portugal sofria as consequências da Guerra Peninsular. Durante este conflito, a Espanha se aliou à França para derrotar Portugal como forma de atingir Reino Unido e Irlanda, os principais parceiros comerciais portugueses. A primeira invasão das tropas francesas ocorreu em 1807 e foi comandada pelo general Junot. As tropas se retiraram em 1808 após algumas derrotas, mas retornaram ao país em 1810 para uma segunda invasão. No mesmo ano ocorre uma terceira invasão francesa sob o comando do marechal André Masséna, fragilizando ainda mais o território português. O exército luso-inglês realizou algumas contraofensivas nos anos seguintes, mas o conflito teve seu desfecho apenas após a vitória na batalha de Toulouse, em 1814, que colocou fim à Guerra Peninsular. Portugal viu, no entanto, seu território transformado em campo de guerra, suas cidades tomadas por exércitos estrangeiros e a estagnação de suas indústrias.

No Brasil ocorria o fortalecimento das elites agrárias e comerciais, após a abertura dos portos. A insatisfação generalizada com o aumento dos impostos que eram usados para cobrir as despesas com a guerra e o luxo da nobreza portuguesa instalada no Brasil originou algumas revoltas, sendo uma das mais notáveis, a Revolução Pernambucana de 1817. Enquanto isso, a crise econômica e institucional em Portugal se agravou com a permanência da corte portuguesa no Brasil. As ideias liberais no país se fortaleceram, tendo como consequência a Revolução do Porto em 1820, o que resultou no retorno de Dom João VI à Europa em 1821. Seu filho, Dom Pedro I, foi nomeado príncipe-regente do Brasil para assegurar a presença da coroa na colônia.

Apenas 14 anos após a vinda da Coroa portuguesa ao Brasil, se iniciou o processo de independência da colônia em relação à metrópole. A insatisfação de Portugal com a permanência de Dom Pedro I no Brasil gerou um clima de instabilidade e falta de lealdade das Cortes para com o príncipe. Com apoio do pai, ele se rebelou contra a metrópole e declarou sua permanência no Brasil e, conseqüentemente, a independência do país em 7 de setembro de 1822. Apesar do apoio popular e ratificação de outras nações da soberania brasileira, no quesito prático pouca coisa mudou. As relações comerciais ainda eram majoritariamente realizadas com a Inglaterra, o controle político ainda estava na mão de portugueses

e o desenvolvimento econômico e tecnológico do país não foi fomentado (HOLANDA, 1976).

A estrutura econômica brasileira manteve-se basicamente a mesma do período colonial. Durante o Império, a atividade agroexportadora, formada principalmente por algodão, açúcar e fumo, foi responsável por $\frac{2}{3}$ das exportações, enquanto couros e peles representavam 15%. Em 1827 foram renovadas as tarifas reduzidas para a Inglaterra por mais quinze anos, com a mudança de que a tarifa especial de 15% para os ingleses fora estendida para todas as nações. Com exceção do ramo da siderurgia em Minas Gerais, não havia competitividade da oferta doméstica comparada aos preços dos produtos importados.

A partir de 1830, o café passa por um processo de expansão produtiva, se tornando uma das principais fontes de acumulação de capital da época. Os detentores desse capital passaram a ser conhecidos como Barões do Café. Esta nova dinâmica econômica permitiu o desenvolvimento tímido, porém notável do que poderia se chamar de indústria brasileira na época. A indústria têxtil começou a se destacar desde este momento, sendo uma das principais responsáveis pelo interesse do governo brasileiro em desenvolver e proteger a indústria nacional. É por isso que a partir da década de 1840 nota-se uma série de iniciativas protecionistas do Estado, como a reorganização da pauta alfandegária em 1841 e a implementação da tarifa Alves Branco de 1844, que tributou em 30% grande parte dos produtos estrangeiros. A indústria têxtil em si não foi a maior beneficiária dessas mudanças, mas em 1846 as fábricas de tecido de algodão receberam algumas vantagens no tocante à isenção de tarifas de transporte de seus produtos, bem como do maquinário importado utilizado para sua produção (LUZ, 1959). O aumento do volume de exportação de algodão ocorreu na década de 1850, contribuindo para o processo expansionário do setor. O modelo tarifário aduaneiro permaneceu neste formato até o ano de 1857, quando ocorre a substituição da tarifa Alves Branco, visando um regime mais liberal.

A indústria brasileira no conceito setorial de produção em larga escala teve seu início na segunda metade do século XIX, sendo este momento marcado, durante as décadas de 1860 e 1870, com a construção da primeira estrada de ferro, de novos portos, da inauguração da navegação à vapor e pela expansão da indústria têxtil e de alimentação. Este processo esteve fortemente ligado ao nome de Barão de Mauá, considerado o primeiro banqueiro e empreendedor do país, e ao Estado

brasileiro, que tinha a necessidade de ampliar receitas através de tarifas alfandegárias. Dentre todos, o setor que mais se destacou foi o têxtil, passando de apenas duas fábricas em 1850 para quarenta e quatro em 1881 (BAER, 1983).

Segundo Suzigan (1986), a formação da indústria brasileira teve imensa participação do setor têxtil, o qual foi considerado a atividade mais importante no surgimento da chamada indústria de transformação no Brasil, que durou de 1869 até o ano de 1939. O surto algodoeiro que ocorreu na década de 1870 em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, principais províncias produtoras da matéria prima, estimulou a criação de pequenas fábricas de tecidos de algodão e a modernização das máquinas utilizadas no processo de produção e de costura. Essa indústria foi altamente visada pelo governo como forma de regulação do processo inflacionário, criado após o aumento de emissão de moeda e o aumento de despesas originados durante a Guerra do Paraguai (1864-70), o que gerou uma queda de investimento na indústria de transformação a partir de 1874, uma vez que a política deflacionária ocasionou a redução do nível geral de preços. Os investimentos, no entanto, começaram a se recuperar já no início dos anos 1880, com a expansão das exportações decorrentes do aumento da produção do café, da construção de estradas de ferro e da imigração. Os agricultores, objetivando diversificar seus investimentos, tomaram iniciativa nos empreendimentos do setor têxtil com grande parte do capital inicial, porém os comerciantes/importadores de tecido foram imprescindíveis para a estruturação dessa indústria, seja como investidores iniciais ou como compradores desses empreendimentos. Os importadores dispunham das vantagens de conhecimento de mercado e de acesso direto aos bancos internacionais (VERSIANI e VERSIANI, 1977). Em 1888, ocorreu o fim da escravidão, promovendo a transformação dos escravos em trabalhadores assalariados em busca de emprego. A produtiva safra cafeeira deste ano e a pressão dos ex-proprietários de escravos resultou em políticas governamentais de facilitação de créditos, objetivando a formação de novas empresas (LUZ, 1959).

A última década do século foi marcada pelas desvalorizações da moeda, na época o mil-réis, causadas pela política do Encilhamento como forma de regular o balanço de pagamentos, o que ofereceu às novas empresas um certo grau de proteção por meio do aumento das exportações. Os anos 1890-91 representaram o pico de investimentos na indústria, apesar da especulação financeira gerada na crise do Encilhamento (FISHLOW, 1972). A indústria têxtil sofreu um avanço exponencial,

chegando a estabelecerem-se mais de 60 novas fábricas de tecidos, que passaram a produzir não só mais o tecido de algodão, como também juta, lã, tecidos finos, coloridos e estampados. Algumas destas fábricas foram as maiores do setor já construídas no país. Durante este período, o setor têxtil foi de suma importância para atender a demanda de sacaria para grãos, principalmente o café, que estavam em crescente expansão devido à mudança na pauta exportadora (BAER, 1983). A crise no setor agrícola, que ocorreu em 1896, resultou na queda de investimentos no setor industrial, porém a indústria têxtil e a moagem de trigo tiveram um aumento da sua capacidade produtiva.

O século XX iniciou com um processo de recuperação de investimentos e uma política de expansão da indústria. As políticas monetária e fiscal, juntamente com o programa de valorização do café, acarretaram em um crescimento econômico generalizado, na valorização real do câmbio e no aumento da capacidade de importação. Os investimentos foram direcionados para vários setores da indústria, sendo um dos principais o de tecidos de algodão, e para o desenvolvimento de novas indústrias como a de óleo de caroço de algodão e da seda. O número de teares dobrou de 1905 a 1915 e seus estoques também tiveram crescimento significativo no mesmo período. Em 1914, a indústria de transformação sofreu um grande choque com a Primeira Guerra Mundial, reduzindo a importação de maquinário e matérias-primas devido às dificuldades oriundas do conflito e ao aumento de preços (SUZIGAN, 1986). A interrupção do suprimento de produtos importados, contudo, eliminou a competição estrangeira e fez com que se instalassem novas indústrias, com o intuito de preencher a lacuna comercial e até mesmo de suprimento de mercados externos. Foram criados milhares de novos estabelecimentos industriais e o setor têxtil chegou a representar 28,6% da atividade industrial. Isso gerou um impacto direto na década seguinte, como bem resume Versiani e Versiani:

A década de 1920, com o decréscimo da produção têxtil a partir de 1922 (em decorrência, basicamente, da diminuição do efeito protecionista das tarifas, em face da alta dos preços internos), é considerada geralmente como um período inexpressivo em relação ao processo de industrialização. No entanto, outra vez, se verifica uma queda na produção contemporânea a um aumento na capacidade produtiva: entre 1924 e 1929 a produção de tecidos de algodão decresceu a uma taxa média de 4%, e o número de teares, ao contrário, aumentou a uma taxa anual de 4%, enquanto o número de fusos também crescia a 1% ao ano. (VERSIANI E VERSIANI, 1977, p. 140)

Percebe-se, portanto, que o período imediato pós-guerra foi direcionado para a utilização da capacidade produtiva adquirida com os investimentos realizados anteriormente, devido ao retrocesso que as indústrias sofreram após a recuperação da competitividade dos países afetados pela guerra. Ocorreu, portanto, o declínio do crescimento da produção e um aumento expressivo do volume de importações. Em 1924, foi estabelecida pelo grupo Matarazzo a primeira fábrica para produção de fios de raiom (espécie de seda artificial) em São Paulo. Apenas seis anos depois, empresas estrangeiras passaram a se instalar no centro da indústria têxtil paulista para competir no setor de produção de raiom e modificar a dinâmica produtiva da região. O governo estava atento às políticas para proteção da produção do café e não dispôs de políticas específicas para a proteção e estímulo da indústria de forma geral.

A situação se intensificou com a Grande Depressão de 1930, que atingiu diretamente o setor cafeeiro, responsável por 71% das exportações. Após medidas emergenciais para a crise de superprodução, como a compra do café pelo próprio governo brasileiro e a queima do estoque adquirido, se iniciou um processo de substituição das importações e aumento da produção interna das indústrias, que deveria ser realizado através de utilização de capacidade ociosa. Poucos setores tinham condições para operar desta forma e um deles era o têxtil, que já estava operando abaixo da capacidade, mesmo antes da depressão. Isso aumentou a rentabilidade das indústrias, fazendo com que se tornasse possível o acúmulo de capital necessário para o processo de expansão subsequente que era almejado pelo governo. Foi possível também a importação de equipamentos usados de fábricas estrangeiras a preços reduzidos, aumentando o nível de investimento no setor (FURTADO, 1959).

A partir de 1931, a indústria têxtil já demonstrou indícios de recuperação e a produtividade voltou a crescer. A competitividade dos países tecnologicamente avançados, no entanto, reduziu a participação brasileira no mercado internacional e só não adentrou o mercado interno em razão das tarifas protecionistas implantadas na época. A diversificação industrial, pela qual o país estava passando na década de 1930, para a criação das chamadas indústrias de base do governo de Getúlio Vargas fez com que os demais setores se tornassem mais exigentes e que as concessões especiais feitas para a indústria têxtil se tornassem mais difíceis de

serem realizadas. Apesar das dificuldades, em 1938 a produção havia crescido o suficiente para atender a demanda interna.

Em 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial e, semelhantemente ao caso anterior, a diminuição das importações e a dificuldade do transporte marítimo estimulou a produção industrial interna. Desta vez, contudo, a indústria brasileira, além de suprir a demanda interna, passou a abastecer outros países que tinham perdido contato com seus fornecedores. Além disso, o valor das exportações brasileiras aumentou consideravelmente, possibilitando o acúmulo de reservas de divisas. Houve, portanto, um segundo surto de desenvolvimento industrial como consequência das medidas utilizadas para regular o balanço de pagamentos, sendo este fundamental para a execução do plano de reestruturação econômica que estava sendo elaborado pelo governo. O setor que mais se expandiu foi, novamente, o têxtil, que começou a exportar para países latino-americanos e para alguns países africanos, como a África do Sul. No fim da guerra, o Brasil era considerado um dos maiores exportadores mundiais de tecido. (HOLANDA, 1976)

Após o fim da indústria de transformação, denominada por Suzigan, a indústria têxtil perde relativa importância para a economia brasileira. A partir da década de 1950, o complexo metal-mecânico (insumos básicos, bens de capital e bens de consumo duráveis) passa a ocupar a posição de maior relevância na indústria. O plano de desenvolvimento industrial de Juscelino Kubitschek, apresentado como Plano de Metas, priorizava outros setores, deixando setores como o têxtil e o agrícola fora deste planejamento. Houve, de fato, elevadas taxas de crescimento real, sendo o responsável por elas o setor industrial, que contribuiu com aproximadamente 200% de crescimento nos dez anos que sucederam o plano. As indústrias que receberam proteção pertenciam às últimas etapas do processo produtivo, visando o novo plano de substituição de importações, que priorizava os setores pertencentes ao complexo metal-mecânico e mantinha na pauta de importação majoritariamente as matérias-primas escassas que eram utilizadas no processo produtivo. (SUZIGAN, 1986)

A participação da indústria têxtil no valor de produção e de emprego decresceu durante a década de 1960. Em termos absolutos, no entanto, houve crescimento do setor no mesmo período, o que indica que existiu uma perda de participação do setor têxtil na estrutura industrial brasileira. Durante os anos 1960 e 1970, a indústria têxtil acompanhou o desenvolvimento da nova indústria de

transformação e a produção era voltada quase que totalmente para o mercado interno. Houve um curto período, entre 1974-76, em que ocorreram investimentos e uma tentativa por parte do governo federal de reestruturação da produção através do aumento de importações de máquinas e equipamentos. O esvaziamento dos recursos governamentais, fundamentais para a regulação e crescimento da indústria têxtil nas décadas anteriores, levou à queda de investimentos no setor já no ano seguinte, em 1977. As inovações do processo produtivo têxtil, que estavam ocorrendo em todo o mundo, e a redução absoluta e relativa de investimentos no setor têxtil geraram uma lacuna entre o parque industrial nacional e os parques dos países mais avançados.

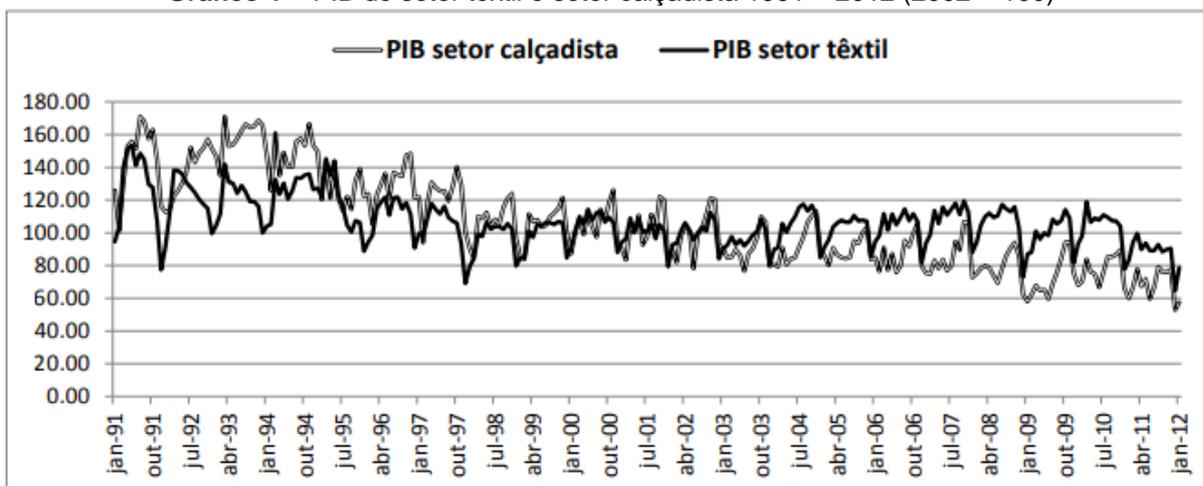
A demanda interna por produtos têxteis caiu significativamente no início dos anos 1980. Esse fenômeno provocou o fechamento de empresas têxteis e ocasionou a concentração industrial das grandes empresas. O Plano Cruzado ofereceu, em 1986, a retomada da demanda interna, dos investimentos e um crescimento produtivo que precisou da utilização praticamente integral da planta produtiva têxtil. Entre 1986 e 1989 foi formulado o Plano Setorial Integrado para o setor têxtil (PSI-Têxtil), que objetivava a expansão e a modernização desta indústria ao nível tecnológico alcançado pelos principais produtores mundiais e projetava o crescimento da demanda e interna e das exportações. O plano acabou não sendo executado em virtude dos objetivos políticos e econômicos de liberalização comercial que estariam por vir nos anos seguintes. (FILHO, 2011)

A indústria têxtil manteve sua posição no PIB industrial até o final da década, porém, em 1991, ela reduz sua participação no PIB total e mais ainda no industrial. Durante este período, houve a tentativa de recuperação e modernização do parque produtivo por meio de maquinário mais moderno. A abertura comercial da economia brasileira nos anos 1990, contudo, dificultou muito a reestruturação do setor têxtil, considerando a intensa concorrência externa que ele sofreria dentro do próprio mercado e a ausência de tarifas ou regulações protecionistas que permitissem a recuperação necessária para sua recolocação adequada na participação produtiva. Apresentou-se um novo desafio que exigiria grandes transformações do setor, bem como a participação do empresariado frente à liberalização comercial e ao aumento das pressões competitivas globais.

3.2 A participação do setor no PIB nacional

A indústria têxtil é um dos setores mais antigos da indústria brasileira. O setor como um todo chegou a liderar a indústria de transformação. Representou 20% do PIB nacional no ano de 1949, excluindo a parte de confecção que respondia por 4,3%. No entanto, ao longo da história, a indústria têxtil perdeu importância e em 1966 a participação do setor caiu para 11%. Em 1990 essa porcentagem caiu para 2,9%, tornando a recuperação do setor para os patamares da década de 1940 praticamente impossível. Isso se deu, em grande parte, pela questão da proteção tarifária que os países desenvolvidos impunham aos países emergentes. Essa proteção, contudo, era ajustada de acordo com o nível de processamento do produto, sendo os bens mais refinados mais protegidos e os bens menos refinados menos protegidos. Isso pode ser visto claramente no gráfico 1, que demonstra a variação do PIB dos setores têxtil e calçadista no período:

Gráfico 1 – PIB do setor têxtil e setor calçadista 1991 – 2012 (2002 = 100)



Fonte: IBGE (2012)

No ano de 2010, o setor representou cerca de 3,5% do PIB brasileiro. Apesar da perda de importância no PIB, vale destacar que a indústria têxtil brasileira faz do Brasil o único país ocidental que possui uma cadeia completa de produção em território nacional. O ramo do varejo têxtil, por outro lado, cresceu a taxas acima do PIB. Enquanto o PIB avançou 7,5% em 2010 e 2,7% em 2011, o varejo têxtil avançou respectivamente 10,7% e 3,58% no mesmo período. (FILHO, 2011)

De acordo com o levantamento realizado pela FIESP em julho de 2018, tanto o Produto Interno Bruto (PIB) per capita quanto a produtividade em relação à força

de trabalho recuaram no país desde o processo de abertura comercial em 1991. Para a FIESP, a origem de uma balança comercial que favorece as importações, limita as exportações e o crescimento do PIB está na baixa competitividade. O levantamento demonstra que a produtividade do trabalho (PIB/população ocupada) cresceu em média 1,1% ao ano no período de 1971 a 1991, enquanto no período de 1992 a 2011 esse crescimento aumentou para 1,4%. A produtividade do trabalho (PIB/força de trabalho), contudo, na mesma comparação de períodos, passou de crescimento médio anual de 2,1% para 1,5%. O PIB per capita (PIB/população total) também passou por um processo de redução de 2,4% para 1,9%, na mesma base de comparação.

Além disso, a taxa de crescimento brasileira quando comparada a outros países em desenvolvimento nos mesmos anos sofreu um processo de desaceleração. No período de 1992 a 2011, o PIB do Brasil recuou 1,3% em relação ao período 1972 a 1991, enquanto as demais economias emergentes avançaram 1,2%.

3.3 A balança comercial têxtil nacional

A indústria têxtil brasileira manteve sua balança comercial com saldo positivo durante toda a década de 1980. Isso foi resultado das políticas de estímulo às exportações e restrições às importações que vigoraram no período como medida protecionista do governo para a indústria. A partir de 1986, no entanto, iniciou-se um decréscimo do saldo da balança comercial têxtil, provocado pelo aumento das importações de produtos têxteis. Isso foi consequência da reforma aduaneira que prepararia o Brasil para a abertura comercial dos anos 1990 (LACERDA et al, 2000). A partir do ano de 1995, a balança comercial passou a apresentar saldo negativos. A diminuição do saldo da balança comercial têxtil fica claramente expressada, conforme Quadro 1.

Tabela 1 - Balança Comercial Têxtil - 1975 - 2000 (US\$ milhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1975	535	114	421
1980	916	120	796
1985	1001	72	292
1990	1248	663	785
1991	1382	569	813
1992	1491	535	956
1993	1382	1175	207
1994	1403	1323	80
1995	1441	2286	-845
1996	1292	2310	-1018
1997	1262	2416	-1149
1998	1113	1923	-810
1999	1010	1443	-433
2000	1222	1606	-384

Fonte: Abit. Citado em Monteiro Filha, Dulce Corrêa em O Complexo Têxtil

O período do governo Collor foi marcado por diversas mudanças marcantes da dinâmica econômica brasileira. Ocorreu o início das privatizações, da adoção do câmbio flutuante, da abertura econômica e a criação de um programa industrial que visava a liberalização das importações. Este programa, na prática, abandonou o controle quantitativo das importações e precisou recorrer a reduções tarifárias com o tempo. O resultado disso foi uma balança comercial têxtil menos superavitária ao longo dos anos, até atingir o resultado negativo em 1995. Além disso, a inflação também não foi controlada e as empresas sofreram com a concorrência externa direta dos produtos importados a preços mais baixos após a abertura comercial. Os setores que possuíam alguma deficiência competitiva, como era o caso do setor têxtil, sofreram uma desestruturação não só de suas balanças comerciais, mas também na organização da atividade industrial como um todo, uma vez que as políticas governamentais protecionistas deixaram de existir. (LACERDA et al, 2000)

Apesar da balança comercial positiva antes da abertura comercial, a participação da indústria têxtil brasileira no mercado internacional não era expressiva. Os países asiáticos, que viriam a se tornar players internacionais, já apresentavam, desde 1991, uma representação notável no mercado internacional. O

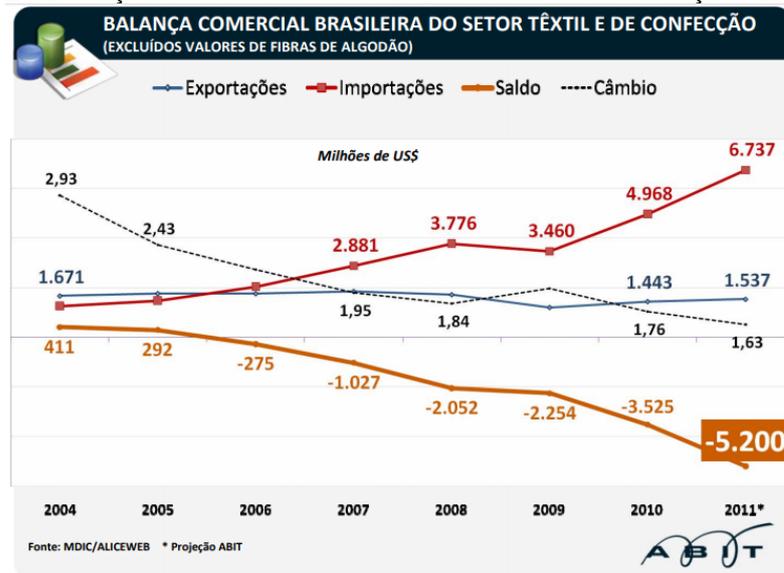
Quadro 2 demonstra a participação do Brasil frente aos principais países exportadores no mercado internacional.

Tabela 2 - Participação do Brasil no mercado internacional – 1991

País	Receita (US Bi)	Participação no mercado
Hong Kong	18,2	10,3
Itália	16,6	9,4
Alemanha Ocidental	15,9	9
Coréia do Sul	13,6	7,7
China	11,3	6,5
Taiwan	9,3	5,3
França	7,9	4,5
Brasil	1,2	0,7

Fonte: Santos (1993)

Os maiores volumes de produtos têxteis em toda a história recente foram importados nos anos de 1996 e 1997, especialmente fibras de algodão e filamentos artificiais e sintéticos. Durante esses dois anos, em consequência, ocorreram os maiores saldos negativos da balança comercial têxtil de todo o período. A importação em massa de fibras e filamentos, por exemplo, afetou diretamente o nível de emprego no beneficiamento, pois ao importar esses produtos acontecia uma quebra da estrutura de todo o processo produtivo realizado pelas grandes empresas. Esses números poderão ser vistos claramente no próximo capítulo. Nos anos que sucederam essa queda do saldo da balança estabeleceu-se um padrão da balança comercial têxtil, como apresenta o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Balança comercial brasileira do setor têxtil e de confecção - 2004 - 2011

Fonte: MDIC/ALICEWEB (2011)

Percebe-se que a dinâmica da balança comercial têxtil estabeleceu um padrão durante o período. As exportações adquiriram um caráter de estabilização relativa, enquanto as importações adquiriram um caráter de aumentos sucessivos, fazendo com que o saldo da balança se tornasse cada vez mais negativo. O gráfico adiciona ainda a variável câmbio, mas como se pode notar, ela atua mais fortemente sobre a importação do que sobre a exportação já estabilizada.

3.4 A participação do setor no emprego

A indústria têxtil, por ser uma das pioneiras e ter feito parte da formação industrial do Brasil, sempre representou números expressivos quanto à quantidade de pessoas empregadas/ocupadas no setor. Em um caso bem similar ao da balança comercial, a participação do setor têxtil no emprego abrangia um número muito grande de trabalhadores e mantinha esse número estável. No entanto, o processo de abertura comercial e a entrada direta de produtos importados no mercado nacional ocasionou a diminuição da ocupação no setor, vista a perda de competitividade e a diminuição da produção. O Quadro 3 apresenta os dados que ratificam as informações citadas anteriormente.

Tabela 3 - Pessoal Ocupado Total no Setor Têxtil - 1986 – 1995

1986	1987	1988	1989	1990	1992	1994	1995
386633	380369	384769	380927	354834	289764	285557	228203

Fonte: IBGE (1995)

Apesar da diminuição de empregos, durante os anos 1990 ocorreu a aceleração da taxa de crescimento da produtividade física por trabalhador. Em 1992, a indústria têxtil brasileira empregava 283.305 mil trabalhadores. Esse número diminuiu gradativamente ao longo do período e em 1999 a classe trabalhadora ocupava menos de 51% das vagas existentes no período anterior. O número de trabalhadores chegou a 143.666 mil. A queda foi ainda mais exponencial quando, em 1994, foram extinguidos mais de 50 mil postos de trabalho. A redução no número de trabalhadores têxteis no Brasil acompanhou a mudança de localização que estes sofreram. A redução foi absoluta em todas as regiões brasileiras e a participação relativa de algumas delas mudou durante este período. O Sudeste empregava 64% do total de mão-de-obra, sendo a maioria deste percentual localizado no Estado de São Paulo, enquanto o Nordeste empregava 16% em 1992. Em 1999, essa relação se altera para, respectivamente, 57% e 22%. Essa alteração se deu, além da motivação dos incentivos fiscais, pelo custo de mão-de-obra. Uma costureira na região Nordeste chegava a custar 55% menos, incluindo os encargos, do que uma costureira do Vale do Itajaí. As demais regiões não alteraram significativamente sua participação no período. A região Sudeste permaneceu com a posição de maior empregadora da indústria têxtil no país. (GARCIA, 2011)

Pode-se dizer que a dinâmica de mudança de localização espacial está diretamente ligada à abertura comercial. Uma vez que os produtos estrangeiros chegavam com um preço muito reduzido, a indústria nacional precisou buscar a redução de custos em várias partes do processo de produção e a mão-de-obra era um dos fatores que mais influenciava no preço final do produto. A Tabela 1 demonstra a importância do setor na variável “emprego”.

Tabela 4 - Pessoal Ocupado por Setor Industrial - 2000

Setor Industrial	Trabalhadores
Têxtil	1.852.421
Produtos alimentícios e bebidas	1.474.471
Produtos de metal ³⁴	831.115
Móveis e indústrias diversas	770.713
Produtos de minerais não-metálicos	515.017
Artefatos de couro	433.455
Fabricação de produtos de madeira	419.018
Produtos químicos	383.632
Edição, impressão e reprodução de gravações	356.929
Máquinas e equipamentos	336.001
Veículos automotores, reboques e carrocerias	332.985
Artigos de borracha e plástico	259.984
Metalurgia básica	163.863
Papel e Celulose	151.023
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	111.152
Outros ³⁵	365.261
Total - Indústria de transformação	8.757.040

Fonte: IBGE (2007)

Mesmo com as adversidades na reestruturação do setor, ele permaneceu relevante no âmbito do emprego. Apesar das sucessivas quedas, o setor têxtil permaneceu sendo um dos setores que mais empregou trabalhadores em todo o Brasil. No ano de 2000, o setor que mais empregou trabalhadores em toda indústria de transformação foi o têxtil.

3.5 A participação do setor na produção

A produção da indústria têxtil pode ser avaliada pelo consumo industrial de fibras e filamentos. De maneira geral, o consumo industrial de fibras e filamentos têxteis manteve praticamente os mesmos níveis do ano de 1988, quando alcançou 1280 mil toneladas, com uma pequena ascensão no decorrer do período (ABIT, 2000). Em 1999, no entanto, verificou-se o aumento do consumo desses materiais em níveis superiores aos até então registrados, ao mesmo tempo em que as importações de produtos têxteis declinaram a partir de então. Os índices de

produção física (Quadro 4), apresentam a correlação entre os ciclos de expansão e retração da economia brasileira durante a década de 80 e a variação da produção têxtil.

Tabela 5 - Brasil - Indústria Têxtil: Índices de Produção Física (1982 -1989)

Brasil - Indústria Têxtil: Índices de Produção Física (1982 -1989)									
Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Têxtil	100	105	94	90	103	117	116	109	109
Fiação e Tecel. Nat.	100	106	98	92	108	118	118	109	111
Fiação e Tecel. Artif	100	106	89	93	99	119	116	111	110
Ind. De Transformação	100	99	94	99	108	120	122	117	121

Fonte: IBGE

O Quadro acima mostra a produção física por segmento (têxtil, fiação e tecelagem natural e artificial e indústria de transformação) de 1981 a 1989. Observa-se que há uma queda de 1981 a 1984 em todos os segmentos. A queda da produção entre 1981 e 1983 teve como causa a forte recessão advinda da crise da dívida externa, pela qual atravessou o país. A partir de 1984, a economia brasileira, como um todo, volta a se recuperar, voltando-se para o mercado externo. A recuperação do setor em 1985, no entanto, demonstra a mudança do perfil de produção da indústria que começa a investir em tecidos sintéticos para atingir o padrão de preços que começava a se estabelecer no comércio internacional. No mesmo ano, ocorre o processo de recuperação da demanda interna e, no ano seguinte, o aumento expressivo do consumo causado pela implementação do Plano Cruzado. A produção têxtil recupera seu crescimento e acompanha o momento expansivo da economia. Nos anos seguintes, a intensificação do processo de abertura comercial interrompeu esse crescimento e o segmento mais afetado entre todos foi a tecelagem. O aumento substancial de importação de tecidos que foi, praticamente, multiplicado por vinte entre 1992 e 1994, foi um dos principais responsáveis por essa quebra de padrão de crescimento da produção. (ABIT/Sinditêxtil, 1995).

Concomitantemente, a introdução do Plano Real atuou sobre a indústria têxtil nacional como um fator limitante à produção, uma vez que ele era fundamentado na âncora cambial. A supervalorização da moeda nacional facilitou a entrada de

produtos importados que impuseram uma concorrência forçada aos produtos locais, objetivando a queda dos preços e o desestímulo da produção local (Tabela 2).

Tabela 6 - Participação do Setor Têxtil no PIB e na Produção Industrial

Ano	Participação no PIB	Participação na Indústria
1990	2,64%	6,82%
1991	1,99%	5,50%
1992	1,81%	4,68%
1993	1,79%	4,30%
1994	1,58%	3,95%
1995	1,45%	3,95%
1996	1,28%	3,69%
1997	1,08%	3,07%
1998	1,02%	2,95%
1999	1,22%	3,43%

Fonte: IBGE (2007)

O controle de demanda foi realizado através da taxa de juros elevada. Ou seja, o governo brasileiro fez com que a demanda aumentasse através das importações e diminuição de preços, mas controlou-a efetivamente através dessa política. Os níveis de utilização da capacidade instalada do ramo têxtil brasileiro, apesar da queda de produção nacional industrial, elevaram-se entre 1992 e 1998.

Enquanto a produção brasileira no setor têxtil decrescia, a produção dos países asiáticos no setor aumentava vertiginosamente. A Tabela 3 fornece informações a respeito dos principais produtores mundiais de produtos têxteis e de vestuário no ano de 2008.

Tabela 7 - Produção Mundial de têxteis e vestuário (2008)

Têxteis			Vestuário		
Países	mil. ton.	%	Países	mil. ton.	%
China	32.297	47,5%	China	19.155	47,7%
Estados Unidos	4.992	7,3%	Índia	2.465	6,1%
Índia	4.809	7,1%	Paquistão	1.486	3,7%
Paquistão	4.145	6,1%	México	1.162	2,9%
Brasil	1.829	2,7%	Brasil	1.160	2,9%
Indonésia	1.783	2,6%	Turquia	1.008	2,5%
Taiwan	1.721	2,5%	Coréia do Sul	991	2,5%
Coréia do Sul	1.359	2,0%	Itália	940	2,3%
Turquia	1.208	1,8%	Polônia	641	1,6%
México	903	1,3%	Malásia	630	1,6%
Tailândia	860	1,3%	Taiwan	592	1,5%
Itália	710	1,0%	Romênia	531	1,3%
Bangladesh	551	0,8%	Tailândia	446	1,1%
Alemanha	515	0,8%	Indonésia	428	1,1%
França	481	0,7%	Sri Lanka	427	1,1%
Subtotal	58.163		Subtotal	32.062	79,8%
Outros	9.857		Outros	8.132	20,2%
Total	68.202	100,0%	Total	40.194	100,0%

Fonte: Fiber/Organon/IEMI (2010)

É possível perceber que os países asiáticos se encontram entre os principais produtores. Em 2008, cerca da metade da produção mundial de têxteis se concentrava na China, somente. Entre 2001 e 2011, o país mais do que dobrou sua participação nas exportações mundiais, tendo sido responsável por mais de um terço do valor exportado em 2011.

Assim, além de ser um dos atores principais do comércio mundial, também se beneficia do abastecimento do seu mercado interno de mais de 1 bilhão de pessoas. Além da mão-de-obra barata do trabalhador chinês, a China é extremamente competitiva no que diz respeito às matérias-primas. Também tem destaque na produção de poliéster e é a maior produtora mundial de fibra de algodão. Ademais, o

país obtém ganhos associados à estratégia de competição via preços, com produção de grandes volumes de produtos padronizados. Por fim, é importante destacar que a China se vale internamente de uma moderna indústria de máquinas têxteis (RANGEL, 2008).

4 AS TRANSFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA TÊXTIL APÓS A ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 1990

A formação e desenvolvimento da indústria têxtil só foi possível graças à atuação do Estado, seja através de proteção tarifária, redução do nível de importações ou alguma outra política que beneficiasse esse setor. Durante o período de substituição de importações, por exemplo, ocorreu o fechamento do mercado interno em relação à competição nacional. Os economistas neoclássicos, por sua vez, criticam esse modelo de industrialização devido à alocação ineficiente dos meios de produção, que é resultado da intervenção direta do Estado na economia. O uso de subsídios à produção doméstica e as barreiras tarifária e não-tarifárias às importações poderiam implicar em distorções no setor. No entanto, no início da década de 1990 quando se inicia o processo de abertura comercial brasileira, o Estado deixou de ser protetor e passou a ser mínimo (CARDOSO, 1997). A abertura comercial recolocaria o Brasil nos mapas de investimentos internacionais e o transformaria em um novo *global player* do mercado internacional.

Durante a Rodada Uruguai (1986 - 1993), o Acordo de Têxteis e Vestuário foi negociado, no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O novo acordo entrou em vigor a partir de janeiro de 1995, na esfera da recém criada Organização Mundial do Comércio (OMC) e determinou que o sistema de cotas originado do Acordo Multifibras do ano de 1974 fosse eliminado em um prazo de dez anos. Os países desenvolvidos, contudo, realizaram essa mudança de forma lenta e desinteressada, ao abolir as cotas dos produtos considerados mais importantes para os países em desenvolvimento. Ademais, outras formas de restrição foram criadas por esses países como, por exemplo, medidas antidumping, ambientais e trabalhistas, bem como mecanismos de salvaguarda (GARCIA, 2011). Em 1988, o governo apresentou a chamada Nova Política Industrial, que tinha como pressuposto a eliminação parcial de barreiras não-tarifárias e a redução da tarifa manufatureira média de 90% para 43%. A proposta de maior inserção brasileira no mercado internacional teve como discurso o projeto de modernização de base neoliberal. Esse projeto traduziu a necessidade de participação prioritária do capital brasileiro em âmbito supranacional, ultrapassando os limites anteriormente considerados possíveis no ramo da internacionalização. Nos primeiros anos da década de 1990,

as mudanças tarifárias pouco foram sentidas, devido ao amortecimento gerado pela crise do congelamento da poupança interna ocorrida no início do governo Collor.

Outro problema que agravava a situação da indústria têxtil brasileira no período era a deficiência competitiva, uma vez que a maior parte da produção era originada de empresas pouco competitivas e a competitividade estava presente somente nas empresas líderes do setor. O foco era majoritariamente o mercado interno e em 1990 apenas 2% da produção foi destinada aos mercados internacionais. Isso se dava pela necessidade de manter os preços dos produtos baixos o suficiente para o poder de consumo da população brasileira. Como o objetivo principal era a competitividade para o mercado interno, o preço influenciava na qualidade da produção e fazia com que os produtos não exigissem os padrões da demanda internacional. Logo, existia (e ainda existe) uma relação direta entre o padrão de consumo nacional e como isso influencia nas diretrizes econômicas. Além disso, a abertura comercial coincidiu com o período de retração da demanda interna por produtos têxteis, o que alterou ainda mais a dinâmica de preços e fez com que eles ficassem ainda mais baixos. Os lucros e a competitividade também decresceram, bem como a capacidade das empresas de se auto financiarem (COUTINHO, 1995).

A consequência imediata dessa mudança foi o aumento exponencial das importações que, sem a proteção governamental, deram abertura para a entrada de produtos têxteis advindos dos países asiáticos, que conseguiram trazer para o mercado brasileiro tecidos produzidos a partir de fibras sintéticas com preços que chegavam à 50% do valor da produção nacional. A falta de auxílio do governo, de medidas de proteção antidumping e de políticas voltadas à reestruturação do setor deixaram a situação da indústria têxtil brasileira desfavorável frente aos competidores externos. O desenvolvimento da cadeia produtiva ocorreu internamente, com pouco investimento em capacidade tecnológica e baixa produtividade.

Um dos piores efeitos da abertura comercial foi a valorização da taxa de câmbio que, como foi visto, levou ao desequilíbrio da balança comercial têxtil e ao seu primeiro déficit em 1995 após 20 anos de saldo positivo. Apesar das exportações do setor estarem estáveis, isso não foi suficiente para equilibrar a balança após o aumento das importações de manufaturados e matérias-primas têxteis. A nova política econômica buscou a contenção da inflação crônica brasileira

e o aumento da concorrência no mercado nacional, resultando no abandono das políticas de recuperação da indústria, à exemplo do PSI-Têxtil. A crise da produção algodoeira no Brasil em 1993 também contribuiu para esses resultados, diminuindo a qualidade dos produtos e aumentando o número de importações de insumos básicos, especialmente de fibras têxteis.

A indústria têxtil nacional começou a concorrer de forma muito mais direta com o setor internacional a partir de 1995, principalmente nos segmentos intermediários e finais da cadeia produtiva. Os lucros das pequenas e médias empresas reduziram drasticamente com a entrada dos produtos importados. A decorrência mais grave da queda de vendas e lucratividade foi a redução do número das unidades produtivas e o crescimento do desemprego. Isso levou a uma maior concentração industrial da produção e ao aumento da demanda por inovação tecnológica para produção intensiva de capital. A ausência de mecanismos de defesa para a importação permitiu que países que possuíam algumas políticas de subsídio, como Coréia do Sul e China, importassem grandes quantidades de tecido para o Brasil a preços muito reduzidos.

Como medida de recuperação, as indústrias têxteis nacionais passaram a importar uma maior quantidade de fibras de melhor qualidade, porém com um preço reduzido que permitisse a retomada da produção competitiva. O setor se tornou muito expressivo na produção, comparado aos demais países, e chegou a ocupar a oitava posição na produção de fios e filamentos, a terceira posição na produção de malhas e a sétima como produtor de tecidos. A posição do setor no comércio internacional, no entanto, não era de grande destaque. Em 1997, o setor têxtil brasileiro representava apenas 0,7% do total de exportações a nível mundial (COSTA E ROCHA, 2009).

A indústria brasileira como um todo sofreu um golpe quando, em 2004, o acordo internacional sobre têxteis e vestuário, realizado pelo GATT no ano de 1994, chegou ao fim. A China e outros países asiáticos, que já vinham se destacando como principais exportadores do setor têxtil, ganharam novos mercados em países como Estados Unidos, países da União Europeia e também no Brasil. A indústria têxtil sofreu um processo de expansão no mercado global. No Brasil, o setor têxtil foi responsável por 17,3% dos empregos da indústria de transformação em 2007. A participação têxtil brasileira no comércio internacional, por outro lado, caiu ainda mais e chegou ao número de 0,3% das exportações mundiais (COSTA E ROCHA,

2009). Em 2010 a indústria iniciou um processo de recessão causado pelo aumento de impostos, de encargos trabalhistas e pela valorização do real. Os produtos importados, majoritariamente chineses, adentraram o mercado nacional com força enquanto países europeus e os Estados Unidos protegeram seus mercados frente à potência chinesa.

4.1 A concorrência chinesa

O desenvolvimento industrial chinês começou a ganhar força na década de 1950. Antes disso, a atividade econômica estava concentrada no setor agrícola e o país era assolado pela pobreza. A partir de então, uma política de governo, que objetivava o crescimento da indústria na China, possibilitou a mudança desse cenário através do acúmulo de capitais e distribuição de renda gerada pelo setor industrial em ascensão. No início, a indústria chinesa era caracterizada pelo preço baixo e qualidade inferior de seus produtos. Após alguns anos, essa característica se alterou, pois através da aquisição de conhecimento e da importação de mão-de-obra especializada a China conseguiu, em pouco tempo, qualificar o seu processo produtivo. A partir de 1990, o governo chinês realizou investimentos em progresso econômico e social e iniciou o processo de captação de investimentos estrangeiros para promover o desenvolvimento econômico (HUIJIONG, 1994).

A participação da China no mercado mundial aumentou ao longo dos anos em diversos setores da indústria, especialmente nos setores de mão-de-obra intensiva, como o têxtil. A presença chinesa no Brasil pode ser observada desde antes do fim do Acordo Multifibras. O crescimento das exportações de produtos têxteis chineses teve alto incentivo por parte do governo chinês e muita receptividade por parte do mercado, devido aos preços reduzidos que eram ofertados por essas mercadorias. Essa situação se intensificou ainda mais após a regulamentação do setor têxtil na OMC, em 1995, e após as reduções tarifárias propostas pela organização, visando um mercado mais livre e a extinção das barreiras tarifárias internacionais (COSTA et al, 2013).

Apesar das restrições que começaram a ser impostas à China, visando a frenagem da sua grande expansão produtiva e exportadora no mercado internacional, ela ainda se encontra entre os principais países exportadores de

produtos têxteis confeccionados. O desenvolvimento de máquinas modernas para a produção, a verticalização do processo produtivo e abundância de mão-de-obra barata e de matéria primas essenciais para o setor desempenham um importante papel na competitividade das indústrias e permitem o custo baixo dos produtos fabricados em território chinês. Mesmo sem o acesso total aos mercados consumidores mais desenvolvidos, a China ampliou sua capacidade competitiva através de produtos com maior valor agregado, a exemplo de carros e eletrônicos.

A indústria têxtil nacional chinesa é caracterizada pela fragmentação, diversidade de escalas técnicas e produtivas e heterogeneidade tecnológica e gerencial. Ou seja, grandes empresas modernas e com elevado desempenho no comércio mundial convivem com empresas menores e de padrões tecnológicos ultrapassados. Além disso, o país é alvo de empresas multinacionais com matrizes em todos os lugares do mundo, que buscam terceirizar ou transferir sua planta produtiva (ou pelo menos uma parte dela) para o território chinês, visando a redução dos custos de produção possibilitada pela mão-de-obra chinesa barata e abundante. Nesse caso, os custos de transação compensam a transferência quando se compara o custo de internalização do processo produtivo.

Os países chamados centrais ou desenvolvidos, onde se encontram os maiores mercados consumidores de produtos finais, realizam cada vez menos atividades ligadas à fabricação de manufaturados têxteis. Os países em desenvolvimento, por outro lado, têm demonstrado participação crescente na produção mundial, especialmente aqueles localizados no continente asiático. A concepção produtiva, contudo, mantém-se nos países mais desenvolvidos, tornando os países periféricos apenas local de execução do trabalho. Isso pode ser considerado uma nova divisão internacional do trabalho, baseada em países que criam a ideia e países que apenas a executam (TENAN e MIRANDA, 2007).

A China se tornou um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Ela é, atualmente, o principal mercado de destino das exportações brasileiras e também o segundo maior fornecedor de produtos importados, perdendo apenas para os Estados Unidos. Quando se adiciona o valor dos fluxos comerciais, contudo, ela se torna a primeira com larga vantagem. Apesar das boas relações comerciais bilaterais, cresce a percepção de que falta uma estratégia para o Brasil lidar adequadamente com a China, à medida que aumentam a presença de produtos chineses na pauta de importações brasileira e a competição dos produtos chineses

com as exportações brasileiras nos mercados internacionais. Nesse sentido, a partir dos anos 2000 surgiram demandas por parte do setor industrial brasileiro para que houvesse, novamente, medidas mais efetivas de proteção comercial, como legislações de defesa comercial, direitos antidumping e adoção de salvaguardas transitórias para os produtos importados da China. Apesar de terem se iniciado uma série de investigações, a resposta do governo brasileiro não foi muito efetiva em relação ao atendimento dessas demandas e o setor permanece desprotegido até os dias de hoje.³

4.2 Reorganização do parque produtivo do setor têxtil

A indústria têxtil brasileira sofreu mudanças também no tocante à localização e concentração de parques industriais. Antes da década de 1990, a indústria tinha sua maior parte localizada na região Sudeste. Após este período, percebeu-se o deslocamento da indústria para a região Nordeste. Isso se deu pela procura de mão-de-obra mais barata, somada aos incentivos fiscais que os governos estaduais nordestinos estavam oferecendo para a instalação de novas indústrias na região. Durante os anos 2000 esse processo se repetiu, porém, para a região Sul, objetivando uma maior proximidade com os consumidores. O Centro-Oeste também foi alvo de interesse, contudo, em uma menor escala e com um objetivo bem mais específico: a aproximação da região de produção de algodão, matéria-prima essencial para a produção de diversos tecidos. A cadeia têxtil e de confecção do vestuário passou a ter como característica a existência de polos regionais de produção. Os principais polos nacionais se encontram, respectivamente por nível de importância, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará.

São Paulo é o estado com maior importância na produção e consumo de produtos oriundos da cadeia têxtil e de confecção de vestuário. A capital, São Paulo, abrange o setor têxtil desde a comercialização de marcas nacionais e internacionais do chamado varejo de luxo brasileiro até a maior concentração de lojas atacadistas e varejo, localizadas nos bairros do Brás e Bom Retiro, que atendem o comércio popular. O pólo, liderado pela cidade de Americana, apresenta um alto

³ Dados disponíveis no Informativo da Confederação Nacional da Indústria . Ano 3, Número 2, Junho de 2011.

desenvolvimento tecnológico na produção de tecidos, especialmente de fibras artificiais e sintéticas. A configuração dos demais polos é muito bem resumida por Contino (2016) no seguinte trecho:

No Estado do Rio de Janeiro a cidade de Nova Friburgo é o principal polo produtor de lingerie do país e Petrópolis é especializada em malharia e roupas para clima frio. Santa Catarina tem como principal polo o Vale do Itajaí, liderado pela cidade de Blumenau. É um dos polos têxteis mais avançados da América Latina e, nacionalmente, possui maior inserção de artigos de malha e linha lar no mercado internacional. Ainda, destaca-se na produção de artigos em jeans, tendo como principais polos as cidades de Criciúma, Tubarão e Rio do Sul. Atualmente no Nordeste, em especial o Ceará, tem se desenvolvido com o deslocamento de grandes empresas que receberam incentivos fiscais e de infraestrutura governamental, vem aumentando sua relevância no cenário internacional de produção e consumo da cadeia têxtil e de confecção do vestuário, principalmente na produção de artigos do vestuário em jeans e moda praia. (CONTINO, 2016, p. 29)

Durante esse processo de redistribuição do parque produtivo do têxtil, houve uma série de investimentos que visavam a reestruturação do setor. O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) financiou investimentos com valores em torno de US\$ 2 bilhões no setor têxtil durante a década de 1990. O programa têxtil do BNDES, que ocorreu no período de maio de 1996 e junho de 1998, chegou à conclusão de que esses investimentos tiveram impacto direto no aumento da produtividade e da capacidade de produção. O Brasil foi colocado em um nível tecnológico semelhante ao dos países mais importantes do setor, especialmente no tocante às maiores empresas da cadeia do algodão. A tecnologia de ponta disponibilizada foi destinada principalmente às áreas de tecelagem, fiação, tinturaria e estamparia, tornando a maior parte da produção resultado da operação de máquinas e equipamentos mais modernos (GORINI, 2000).

Apesar das tentativas de fortalecimento do setor têxtil, os anos 2000 se caracterizaram pela consolidação asiática no mercado mundial. Diversas empresas não atuam mais no ramo da fiação e atualmente se dedicam somente à tecelagem. As fibras de poliéster são importadas da China por um preço menor. Ao mesmo tempo, as empresas de confecção importam os tecidos no lugar da compra de tecidos nacionais. Em alguns casos, como o da cadeia de varejo têxtil, ocorre até mesmo a importação do produto final. Pode-se dizer, portanto, que a produção verticalizada da indústria têxtil brasileira foi abandonada em troca de sua

liberalização e fragmentação para a entrada dos concorrentes estrangeiros no mercado internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das transformações que ocorreram na indústria têxtil brasileira após a abertura comercial dos anos 1990 se fez importante em diversos sentidos. A geração que nasceu nesta década vivenciou essa mudança durante sua infância e adolescência e pôde notar o processo gradual de substituição de produtos têxteis e de vestuário fabricados no Brasil por aqueles fabricados na China, Bangladesh, Vietnã e outros países da mesma região, principalmente nas grandes lojas varejistas do setor. No âmbito das Relações Internacionais é fundamental conhecer esse processo e entender quais foram os fatores que levaram à essa entrada em massa de produtos têxteis estrangeiros em um mercado que era tão forte e vital para a economia brasileira, principalmente quando se pensa nas diretrizes econômicas e de política externa futuras para o país e na recuperação da autonomia e produtividade de setores que já lideraram a indústria, como foi o caso do têxtil.

Partindo do objetivo de identificar o fator que levou à perda de importância do setor têxtil na pauta industrial nacional após a abertura comercial, verificou-se que a questão do custo de produção elevado em relação aos países asiáticos, somada à falta de uma estratégia competitiva específica para o setor, resultou no enfraquecimento da indústria têxtil. O desejo impetuoso do governo brasileiro de abrir o mercado fez com que a indústria não tivesse tempo para a preparação da chegada abrupta de uma força competitiva que poderia desestruturar todo o sistema industrial: a entrada de novos concorrentes. A indústria têxtil, que desde seu início contou com o apoio e proteção governamental, não teve uma resposta rápida o suficiente para conter os efeitos do aumento de importações.

As economias asiáticas, em especial a chinesa, tiveram uma boa receptividade dos mercados centrais, devido ao preço baixo de seus produtos, e passaram a produzir em grande escala, beneficiando-se dos ganhos com custo de transação. Isso levou a uma vantagem de custo de produção ainda maior, tornando a probabilidade de recuperação brasileira de forma autônoma ainda mais difícil.

Notou-se que a tentativa de reestruturação do setor têxtil se deu por meio do deslocamento do parque produtivo têxtil para outras regiões do Brasil, principalmente o Nordeste, objetivando a utilização de mão-de-obra mais barata e, conseqüentemente, a redução de custos de produção. Para que essa medida tivesse um resultado efetivo, contudo, as empresas fizeram uso de estratégias

presentes no paradigma eclético, como a busca por recursos naturais em mercados estrangeiros (que, nesse caso, foi a fibra de algodão, importada da China por um preço menor e melhor qualidade) aliada à internalização da produção.

Ainda que a indústria têxtil encontrasse um meio efetivo e rápido de reestabilização, a atitude da China de propor parcerias bilaterais com o Brasil, especialmente no tocante ao grande volume de importações de commodities brasileiras, dificultaria a retomada do protecionismo e da redução das importações. Essas parcerias não só se concretizaram, como intensificaram ao longo dos anos, tornando a China o primeiro parceiro comercial brasileiro no âmbito de importações e fluxos comerciais, além de ser também o principal destino das exportações. Pode-se dizer, portanto, que essa foi uma das principais mudanças, quando comparados aos períodos pré-abertura comercial e pós abertura comercial. O posicionamento do governo brasileiro frente à indústria têxtil passou de protecionista e intervencionista para um comportamento muito mais liberal.

As demandas e pressões do setor por uma retomada de políticas que favorecessem a indústria têxtil nacional, apesar de não ter sido atendidas, tiveram muito fundamento. No Brasil, as empresas precisam lidar com uma estrutura tributária complexa, dificuldades de financiamento, infraestrutura e logística em diversas regiões do país, bem como os trabalhadores podem assegurar seus direitos através da legislação trabalhista. O que implica na necessidade de uma atuação mais efetiva por parte do governo para garantir que as empresas não percam a competitividade. No entanto, a cooperação entre grandes e pequenas empresas no setor é essencial para integrar os diferentes níveis e segmentos da produção como uma estratégia para redução de custos, algo que não ocorre com frequência no ramo privado.

Para finalizar, a partir dos conteúdos apresentados nesse trabalho, é possível notar que existem diferentes abordagens sobre este tema, que permitem novas linhas de pesquisa. É possível, por exemplo, realizar a mesma análise setorial e temporal, porém através da perspectiva exclusivamente do setor privado, que pouco foi visto no atual estudo. A história e a visão das empresas e do empresário, como indivíduo que representa essas instituições poderiam trazer grandes contribuições para o entendimento do processo de abertura comercial e para o complemento desta abordagem mais abrangente. Seria possível, ainda, buscar através de entrevistas e relatos, quais são as expectativas e projeções dessas empresas para o curto e

médio prazo, objetivando análises conjunturais que pudessem prever o rumo do setor nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CARDOSO, Adalberto M. Globalização e relações industriais da indústria têxtil brasileira. 1997. In: DAMBOIS, R & PRIES, L. **As relações industriais no processo de transformação da América Latina: o caso brasileiro**. Bremen: Universität Bremen & São Paulo: CEBRAP - Documentos de Pesquisa Tomo II.

CLAIRMONTE, Frederick. CAVANAGH, John. **The World in Their Web The Dynamics of Textile Multinationals**. Zed Press, London, 1981.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CNI. **Integração Internacional**. Informativo da Confederação Nacional da Indústria . Ano 3, Número 2, Junho de 2011. 16p. Disponível em <http://www.fiemt.com.br/arquivos/755_integracao_internacional_jun11.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

COASE, Ronald Henry. *The nature of the firm*. **Economica**, volume 4, 1937, p. 386-405.

COSTA, A. B. CONTE, N. C. CONTE, V. C. A China na cadeia têxtil – vestuário: impactos após a abertura do comércio brasileiro ao mercado mundial e do final dos Acordos Multifibras (AMF) e Têxtil Vestuário (ATV). **Teoria e Evidência Econômica** - Ano 19, n. 40, p. 9-44, jan./jun. 2013

COSTA, A. C. R. ROCHA, E. R. P.. **Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009.

CONTINO, J. M. **Fast fashion: apontamentos sobre as transformações da moda na condição pós-moderna**. Tese (Doutorado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design. PUC-RIO: Rio de Janeiro, 2016.

COUTINHO, L. et al. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1993.

DOHERTY, Anne Marie. *Explaining international retailers' Market entry mode strategy: internalization theory, agency theory and the importance of information asymmetry. **The International Review of Retail, Distribution and Consumer Research.** Volume 9, 1999, p.379-402.*

DUNNING, John Harry. ***Explaining international production.*** London, Unwin Hyman, 1988.

DUNNING, John Harry. ***International production and the multinational enterprise.*** London, George Allen and Unwin, 1981.

DUNNING, John Harry. ***Regions, globalization and the knowledge based economy.*** Oxford: Oxford University Press, 2000. 506p.

FAUSTO, Boris. ***História concisa do Brasil.*** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006. p.66.

FILHO, Agnaldo Diniz. ***Panorama do Setor Têxtil e de Confecções.*** Brasília: ABIT, 2011.

FISHLOW, Albert. ***Origens e consequências da substituição de importações no Brasil.*** Estudos econômicos. São Paulo: IPE/USP, 1972. 7-75p.

FURTADO, Celso. ***Formação econômica do Brasil.*** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GARCIA, R.; (Coord.). *Perspectivas do investimento em bens-salário.* In: KUPFER, D.; LAPLANE, M.; HIRAKUTA, C. (coords.). ***Perspectivas do Investimento no Brasil.*** Rio de Janeiro: Synergia, 2011, 468p.

GORINI, A. P. F. *Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas.* **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000

HANSSON, A., HEDIN, K. ***Motives for internationalization Small companies in Swedish incubators and science parks.*** Sweden, Uppsala University, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. ***O Brasil Monárquico: o processo de emancipação.*** 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

HUIJIONG, Wang. **Industrialização e reforma econômica na China**. A Economia mundial em transformação. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994.

IEMI - INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. Brasil Têxtil 2010. Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira, n. 10, São Paulo, 2010.160p

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)**. 1995. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/default.shtm>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

KON, Anita; COAN, Durval Calegari. Transformações da indústria têxtil brasileira. **Revista de Economia Mackenzie**, Ano 3, n. 3, p. 11-34, 2009.

LUZ, Nícia Vilela. **Aspectos no nacionalismo econômico brasileiro**. Os esforços em prol da industrialização. São Paulo, 1959.169p.

MICHALET, Charles Albert. *Le capitalisme mondial*. Paris, **Presses universitaires de France**, col. Économie em liberte, 2ª edição, 1985.

PORTER, Michael Eugene. **Competição**. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 546p.

PORTER, Michael Eugene. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 21 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 512p.

RANGEL, Armênio de Souza. **Uma agenda de competitividade para a indústria paulista**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), fev. 2008.

SANTOS, Mathias do. **A posição da Indústria Têxtil Brasileira no Mercado Internacional**. São Paulo: UNESP, 1993.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TENAN, L. MIRANDA, J. **Uma análise da cadeia têxtil e de confecção brasileira à luz da formação de cadeias globais de produção**. In: SENAI/CETIQT. Globalização da economia têxtil e de confecção brasileira: empresários, governo e academia unidos pelo futuro do setor. Rio de Janeiro: SENAI/CETIQT, 2007. p. 147-246.

VAINFAS, Ronaldo (dir). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.15

VASCONCELOS, F. C. de.; CYRINO, Á. B. Vantagem Competitiva: os Modelos Teóricos Atuais e a Convergência Entre Estratégia e Teoria Organizacional. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, out-dez, 2000, p.20-37.

VERSIANI, F. R. VERSIANI M. T. R. O. **A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição**. Revista Estudos Econômicos: Universidade de Brasília, 1977. 21p.

WILLIAMSON, Oliver E., The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. **Free Press, - Business & Economics -**, 1985, 450p.